



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA Nº 3 - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

Suprimam-se, no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, na forma do art. 1º do Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, a expressão **“majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais”**, bem como, em decorrência, o art. 2º da proposição.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da presente emenda é suprimir, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, a proibição da celebração de coligações nas eleições proporcionais.

Inicialmente, cabe lembrar que, atualmente, a Constituição garante expressamente autonomia para os partidos adotarem os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal (art. 17, § 1º).

Essa garantia expressa foi adotada pela Emenda Constitucional nº 52, de 8 de março de 2006, como reação do Congresso Nacional à decisão do Tribunal Superior Eleitoral de *verticalizar* as eleições de 2002.

Nome legível: Vanessa Grazziotin
Rubrica:
Número: 3157149
Data: 04 / 10 / 2016
Hora: 18 : 58



SF/16772.78574-55

Página: 1/5 19/09/2016 16:58:24

065cd02c9d7ae65d446b56b046ea218218da83a0





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN


A manutenção das coligações nas eleições proporcionais é fundamental porque, na maioria dos Estados do País o quociente eleitoral é muito alto nas eleições para Deputado Federal. Assim, na prática, a proibição das coligações traduzir-se-ia em limitação à liberdade de organização partidária, inclusive se chocando com o princípio de que os partidos políticos devem ter ampla liberdade de se organizar, sem a interferência do Estado.

Isso pode ser observado se consideramos que bancadas seriam eleitas em 2014 na Câmara dos Deputados, de acordo com os resultados daquelas eleições, caso estivessem, à época, proibidas as coligações partidárias.

Além do crescimento gigantesco das três maiores bancadas e da redução ou desaparecimento dos demais partidos, teríamos que, em sete Unidades da Federação (Acre, Distrito Federal, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins) apenas um partido político atingiria o quociente eleitoral e, na forma do § 2º do art. 109 do Código Eleitoral, levaria todas as vagas e, no Estado do Amapá, nenhum partido atingiria o quociente eleitoral.

Assim, é fundamental, tanto para assegurar a autonomia e a liberdade dos partidos políticos como a pluralidade partidária no Brasil, que não se proíba a coligação nas eleições proporcionais, que sempre foi garantida em todas as nossas constituições democráticas.

Sala das Sessões,


Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**
PCdoB/Amazonas

SENADOR(A) _____

- RANDOLFE

SENADOR(A) _____

- CRISTOVAM

SENADOR(A) _____

- ALVARO DIAS



SF/16772.78574-55

Página: 2/5 19/09/2016 16:58:24

065cd02c9d7ae65d446b56b046ea218218da83a0





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA Nº - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

SENADOR(A)  - FÁTIMA BEZERRA

SENADOR(A)  -

SENADOR(A)  - GARIBALDI.

SENADOR(A)  - PAULO ROCHA

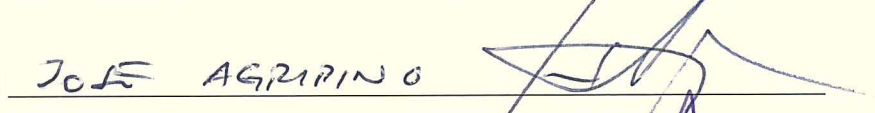
SENADOR(A)  - EDUARDO FERRAZ

SENADOR(A)  - ANGELO POSTEL

SENADOR(A)  - RAIMUNDO PINHEIRO

SENADOR(A)  - OTTO ALENCAR

X SENADOR(A)  - SEBASTIÃO VALHADAREZ NETO

SENADOR(A)  - JOSÉ AGRIPINO

SENADOR(A)  - DÁRIO BERGER



SF/16772:78574-55

Página: 3/5 19/09/2016 16:58:24

065cd02c9d7ae65d446b56b046ea218218da83a0





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA Nº - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.



SF/16772.78574-55

SENADOR(A)

EUNICIO OLIVEIRA

SENADOR(A)

- LINDIBERG FARIAS

SENADOR(A)

- MELIO JOSÉ

SENADOR(A)

- MORA

SENADOR(A)

- WELLINGTON FAGUNDES

SENADOR(A)

JOSE MEDeiros

SENADOR(A)

- JORGE VIANA

SENADOR(A)

- EDUARDO BRAGA

SENADOR(A)

14/11

SENADOR(A)

Regine Sauer

mes

SENADOR(A)

Romário

2-1-E





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA Nº - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

SENADOR(A) GLEISE

SENADOR(A) JOÃO CARLOS BRITO

SENADOR(A) VICENTINHO

SENADOR(A) BEZERRA

SENADOR(A) ROBERTO ROCHA

SENADOR(A) EDSON LOBÃO

SENADOR(A) ROBERTO MARINHO

SENADOR(A) IVO CASSOL

SENADOR(A) PAULO R. FALCÃO

SENADOR(A) EDSON LOBÃO

SENADOR(A) SIMONE TEBET



SF/16772.78574-55

Página: 5/5 19/09/2016 16:58:24

065cd02c9d7ae65d446b56b046ea218218da83a0





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA Nº 4 - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

Dê-se ao §2º, do art. 17, da Constituição Federal, alterado pelo art. 1º do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016; e ao parágrafo único, do art. 3º, do referido substitutivo, a seguinte redação:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 17.....

.....

§ 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral e terão direito a funcionamento parlamentar aqueles que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% (dois por cento) de todos os votos válidos, distribuídos em, pelos menos, um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% (um por cento) dos votos válidos em cada uma destas.

.....

Art. 3º

Handwritten signature

Cidelle G. Vitor Almeida
Matrícula Nº 264432
Secretaria-Geral Mesa
Senado Federal

Handwritten signature 04/10/2016

19:05



SF/16889.05946-09

Página: 1/6 19/09/2016 16:31:04

9720ac571475b4858cf4fc98285060c9699d4860



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

Parágrafo único. Nas eleições de 2018, as restrições de que trata o *caput* se aplicarão aos partidos políticos que não obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 1,5% (um e meio por cento) de todos os votos válidos, distribuídos em, pelos menos, um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 0,8% (oito décimos por cento) dos votos válidos em cada uma destas.

.....

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da presente emenda é buscar flexibilizar as exigências previstas na Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, para o funcionamento parlamentar.

Efetivamente, as normas previstas na proposição são por demais rigorosas.

Se considerarmos os resultados das eleições de 2014, somente atingiriam os parâmetros permanentes o PT, o PSDB, o PMDB, o PP, o PSB, o PSD, o PR, o PRB, o DEM, o PTB e o PDT. A regra de transição, de sua parte, abrangeria o SD e o PSC.

Ora, a Constituição de 1988 consagra o pluripartidarismo, como um dos fundamentos do nosso Estado de Direito e não é possível que se restrinjam, de forma irrazoável os direitos de parlamentares legitimamente eleitos, inviabilizando, na prática, a formação e popularização de pensamentos políticos alternativos.

Não foi outro o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 1.351 e 1.354, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, quando foram suspensos dispositivos da Lei dos Partidos Políticos que iam em sentido similar ao que é proposto na PEC nº 36, de 2016, porque violavam o princípio da proporcionalidade e inviabilizavam o direito de manifestação política das minorias.

Segundo o Excelso Pretório, as referidas normas afrontavam o princípio fundamental do pluralismo político, bem como a igualdade de chances e a garantia da expressão das minorias inerentes ao Estado

Sto



SF/16889.05946-09

Página: 2/6 19/09/2016 16:31:04

9720ac571475b4858cf4fc98285060c9699d4860





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

Democrático de Direito, em violação ao art. 1º, *caput* e inciso V, da Constituição Federal, conforme trechos do voto do Ministro Marco Aurélio, a seguir reproduzidos:

No Estado Democrático de Direito, a nenhuma maioria, organizada em torno de qualquer ideário ou finalidade – por mais louvável que se mostre –, é dado tirar ou restringir os direitos e liberdades fundamentais dos grupos minoritários dentre os quais estão a liberdade de se expressar, de se organizar, de denunciar, de discordar e de se fazer representar nas decisões que influem nos destinos da sociedade com um todo, enfim, de participar plenamente da vida pública, inclusive fiscalizando os atos determinados pela maioria.

(...) Democracia não é a ditadura da maioria! De tão óbvio, pode haver o risco de passar despercebido o fato de não subsistir o regime democrático sem a manutenção das minorias, sem a garantia da existência destas, preservados os direitos fundamentais assegurados constitucionalmente.

Nesse momento, ainda que se pretenda estabelecer cláusula de desempenho por meio de emenda à Constituição e não por lei ordinária, deve-se lembrar que o pluralismo político constitui ponto essencial à democracia e trata-se de cláusula pétrea. Assim, a presente PEC, ao dificultar de forma exagerada a manutenção e criação de agremiações partidárias, incide na mesma inconstitucionalidade.

Assim, como forma de equacionar essa injustiça, estamos propondo uma alteração na proposição, para estabelecer, como regra permanente, que terão direito a funcionamento parlamentar os partidos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, dois por cento de todos os votos válidos, distribuídos em, pelos menos, um terço das unidades da Federação, com um mínimo de um por cento dos votos válidos em cada uma destas.

Nas eleições de 2018, como regra de transição, exigir-se-á, no mínimo, um e meio por cento de todos os votos válidos, distribuídos em, pelos menos, um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 0,8 por cento dos votos válidos em cada uma destas.

Com isso, ainda de acordo com os resultados de 2014, atingiriam a regra permanente o SD, o PSC, o PV, o PROS e o PPS e a regra transitória o PCdoB e o PSOL.



SF/16889.05946-09

Página: 3/6 19/09/2016 16:31:04

9720ac571475b4858cf4fc98285060c9699d4860



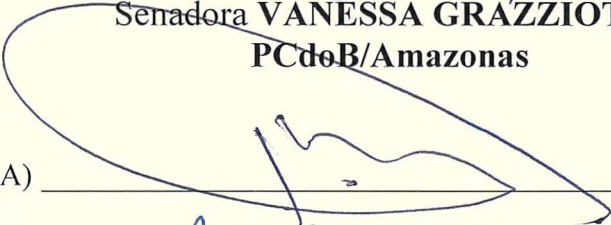
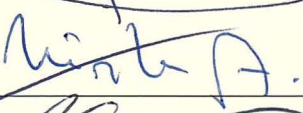
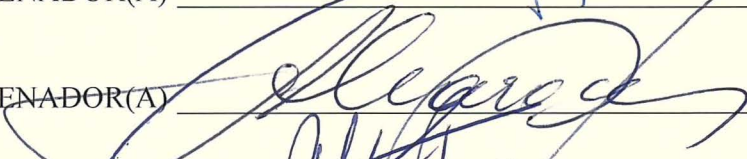
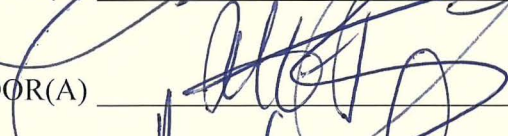
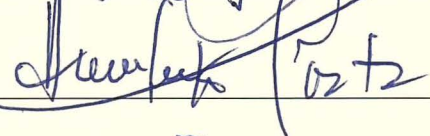

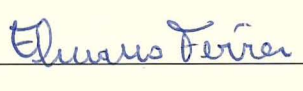
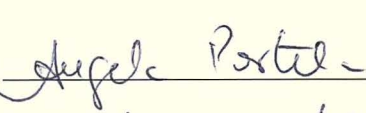

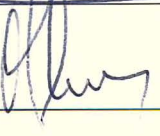


SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

Temos a certeza de que, com essa alteração tornaremos mais razoável a cláusula de barreira e permitiremos que não se fira de morte a pluralidade partidária que, é, indiscutivelmente, um dos pilares da nossa Democracia.

Sala das Sessões,


Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**
PCdoB/Amazonas

- 2 SENADOR(A)  - RANDOLFE
- 3 SENADOR(A)  - CRISTOVAM
- 4 SENADOR(A)  - ALVARO DIAS
- 5 SENADOR(A)  - FATIMA
- 6 SENADOR(A)  - PAULO ROCHA
- 7 SENADOR(A)  - PAULO ROCHA
- 8 SENADOR(A)  - EDUARDO FARIA
- 9 SENADOR(A)  - ANGELA PORTEL
- 10 SENADOR(A)  - RAIMUNDO
- 11 SENADOR(A)  - OTTO ALENCAR





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA Nº - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.



SF/16889.05946-09

- X SENADOR(A) SEBASTIÃO UALADARES NUNES
- 13 SENADOR(A) JOSE AGRIPIO
- 14 SENADOR(A) DARIO BERGER
- 15 SENADOR(A) EUNICIO OLIVEIRA
- 16 SENADOR(A) LINDBERG FARIAS
- 17 SENADOR(A) HÉLIO JOSÉ
- 18 SENADOR(A) MOKA
- 19 SENADOR(A) WELLINGTON FAGUNDES
- 20 SENADOR(A) JOSÉ MEDeiros
- 21 SENADOR(A) JORGE VIANA
- 22 SENADOR(A) EDUARDO BRAGA
- 23 SENADOR(A) WILSON





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA Nº - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.



SF/16889.05946-09

- 24 SENADOR(A) Regina Sousa MSB
- 25 SENADOR(A) ROMÁRIO 2-PL
- 26 SENADOR(A) GLEISE Gleise
- 27 SENADOR(A) JOÃO CARLOS João Carlos
- 28 SENADOR(A) VICENTINHO Vicentinho
- 29 SENADOR(A) Beate Runk Beate Runk
- 30 SENADOR(A) Roberto Requião Roberto Requião
- 31 SENADOR(A) Inesbaze
- 32 SENADOR(A) Roberto Moura Roberto Moura
- 33 SENADOR(A) Valdir Raupp Valdir Raupp
- 34 SENADOR(A) Edson Lobão Edson Lobão
- 35 SENADOR(A) Simone Tebet Simone Tebet
- 36

Página: 6/6 19/09/2016 16:31:04

9720ac571475b4858cf4fc98285060c9699d4860





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA Nº 5 - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

Dê-se ao *caput* do art. 17-A da Constituição Federal, na forma do art. 1º do Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, a seguinte redação:

“**Art. 17-A.** Os partidos políticos com afinidade ideológica e programática poderão se unir em federações, que funcionarão como se fossem uma única agremiação partidária, inclusive para fins de cálculo da representação proporcional e do funcionamento parlamentar, terão os mesmos direitos das agremiações nas atribuições regimentais nas Casas legislativas e deverão atuar com identidade política única, resguardada a autonomia estatutária das legendas que a compõem.

JUSTIFICAÇÃO

A ideia de permitir que os partidos políticos se unissem em federações sempre foi a de viabilizar a existência dos partidos ideológicos, em uma conjuntura em que fosse proibida a coligação partidária.

Na PEC nº 36, de 2016, isso não é diferente. Apenas se agregou, aqui, tendo em vista o conteúdo da proposição, a finalidade de



SF/16768.89329-50

Página: 1/5 03/10/2016 16:14:49

f063e65c6a1ac0d998389cf0aaa6fbc5aaab3a6

Nome legível: José Urko
Rubrica: [assinatura]
Número: 525P
Data: 04/10/16
Hora: 19:08





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN


permitir que esses partidos também pudessem ter funcionamento parlamentar quando se federassem.

Ocorre, entretanto, que o texto do art. 17-A, que se pretende inserir na Constituição, não é claro sobre os dois objetivos, não deixando expresso que a federação funciona como uma única agremiação partidária para os fins de cálculo da representação proporcional.

Impõe-se, então, deixar claro esse fato, para que se atinjam, completamente, as razões que levaram à instituição da figura da federação partidária.

Assim, estamos apresentando a presente emenda, com o objetivo de esclarecer a redação do *caput* do pretendido art. 17-A da Lei Maior, para que não restem dúvidas sobre a extensão do regime das federações de partidos políticos.



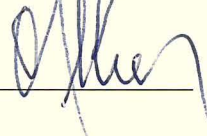
Sala das Sessões,


Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**
PCdoB/Amazonas

SENADOR(A) ANGELA PORTER

SENADOR(A) RAIMUNDO LIRA

SENADOR(A) SEBASTIÃO VALADARES MOTA
LEI DE CA

- OTTO
ALENCAR.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA Nº - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

SENADOR(A) JOSÉ AGRIPINO

SENADOR(A) INACIO BEZERRA

SENADOR(A)

- EUNÍCIO OLIVEIRA

SENADOR(A)

- LINDIBERG FARIAS

SENADOR(A)

- HÉLIO JOSÉ

SENADOR(A)

JOSE MEDEIROS

SENADOR(A)

- WALDEMIR MORAES

SENADOR(A)

- WELLINGTON FAGUNDES

SENADOR(A)

- ELMANO FERREIRA

SENADOR(A)

- JORGE VIANA

SENADOR(A)

- EDUARDO BRAGA

SENADOR(A)

KATIA ARNE



SF/16768.89329-50

Página: 3/5 03/10/2016 16:14:49

f063e65c6a1ac0d9988389cf0aaa6fbc5aaab3a6





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA Nº - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.



SF/16768.89329-50

SENADOR(A) Regina Sousa

MSB

SENADOR(A) Sergio Feteção

SENADOR(A) Romário

R. F.

SENADOR(A) GLEISE HOFFEMA

SENADOR(A) ALVARO DIAS

SENADOR(A) JOÃO CAPIBERIBE

SENADOR(A) VICENTINHO

SENADOR(A)

Fábio Rocha

SENADOR(A)

Roberto Requião

SENADOR(A)

Zeferino

SENADOR(A)

Ídineia de Mota - Inúrcio

SENADOR(A)

Roberto Moura



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA Nº - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

SENADOR(A) - IVOCASSOL

SENADOR(A) - VALDIR RALP

SENADOR(A) - PAULO PERY

SENADOR(A) - EDSON LOBÃO

SENADOR(A) - FATIMA BEZERRA

SENADOR(A) - HUMBERTO COSTA

SENADOR(A) - SIMONE TOBET

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____



SF/16768.89329-50

Página: 5/5 03/10/2016 16:14:49

f063e65c6a1ac0d9988389cf0aaa6fbc5aaab3a6

